

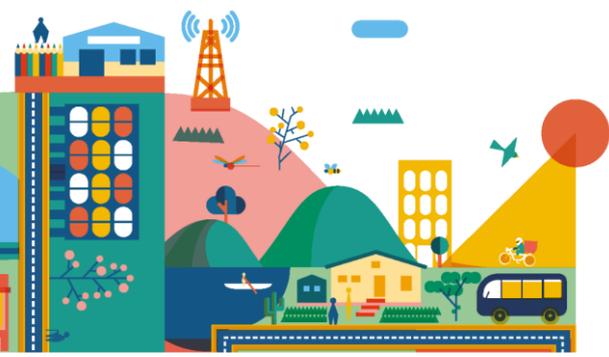
Relato do Comitê Técnico

54ª Reunião Ordinária do ConCidades
31 de julho de 2024

1. Apresentação

Na reunião ocorrida no dia 31/07/2024, das 09:30 às 16:00, em Brasília-DF, o Comitê Técnico de Habitação realizou seus trabalhos com a presença de 41 participantes.

Qtde.	Segmento	Entidades
6	Poder Público Federal	MCIDADES – Ministério das Cidades MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
2	Poder Público Estadual	Governo do Estado do Pará Governo do Estado do Rio Grande do Sul
4	Poder Público Municipal	CNM - Confederação Nacional dos Municípios FRENAVRU – Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana FNP – Frente Nacional de Prefeitos Poder Legislativo Municipal
4	Entidades profissionais e acadêmicas	CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
1	Entidades de Trabalhadores	FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
1	Entidades empresariais	ANAMACO - Associação nacional de comerciantes de materiais de construção
2	Organizações Não governamentais	Fundação Bento Rubião Habitat para Humanidade



21	Movimentos Populares	CMP - Central de Movimentos Populares CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores UNMP – União Nacional por Moradia Popular MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia MTD – Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favela
7	Apoio técnico	SNH/MCID, DGE/MCID

2. Itens de pauta

I. A reunião foi iniciada com uma breve apresentação do Secretário Nacional de Habitação sobre as ações e avanços na área de habitação no Rio Grande do Sul e outras informações gerais do MCMV.

- O Secretário destacou a expectativa para as novas contratações do MCMV, destacando a importância de se contratar os projetos selecionados o mais rápido possível para assim viabilizar novas seleções.
- Ressaltou a disponibilidade da SNH para dialogar com os movimentos em relação às dificuldades que forem encontradas no processo da contratação para que o Ministério possa apoiar na resolução desses entraves e agilizar as contratações.

Após os esclarecimentos realizados pelo Secretário, foi iniciada a dinâmica para discussão com os membros da plenária, momento em que foram trazidos novos temas e aprofundados os anteriormente levantados.

Sobre o Rio Grande do Sul foram destacados os seguintes pontos principais:

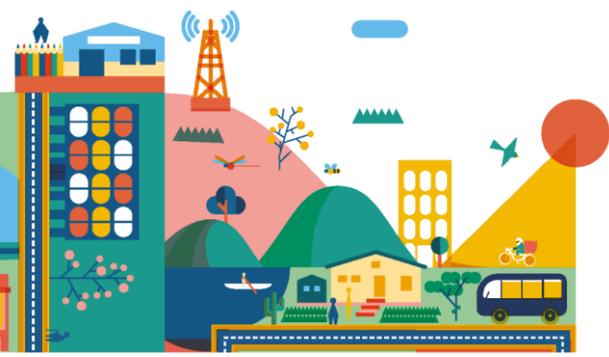
- Preocupações com o ano eleitoral, e o fato de alguns prefeitos estarem dificultando os projetos selecionados.
- A importância de se criar alternativas para as contratações e de se revisar as cláusulas suspensivas com o auxílio da SNH na articulação junto à Caixa para tratar das referidas cláusulas.
- Ressaltou-se a importância do projeto piloto instalado no RS para contratação, destacando o fato de que todos os atores estão em processo de aprendizado.
- Onde serão reconstruídas as casas no RS.
- A disponibilização de imóveis usados como uma ótima solução.



- Preocupações em relação à possível especulação imobiliária em decorrência das compras de imóveis no RS.
- Questionamentos sobre a escolha das casas de imóveis usados e como ficaram os laços com a vizinhança.
- Preocupações sobre pessoas que moram de aluguel e que os proprietários estão solicitando a desocupação dos imóveis para que possam ser vendidos.
- Existência de Imóveis da SPU que poderiam ser ofertados.
- Preocupações em relação à imóveis públicos do Governo do estado do RS que se encontram ociosos. Relato de um movimento que ocupou um imóvel ocioso do Governo do RS e foi fortemente reprimido.
- Sugestão de ação no âmbito do MCMV-Entidades no RS para utilização de imóveis desocupados da União e do Estado.
- Questionamento sobre as soluções concretas já existentes para o RS, sobre as ações para municípios com mais de 50 mil habitantes e como trabalhar melhoria habitacional para as famílias.
- Sugestão de elaboração de estudo sobre possíveis soluções para as altas dos aluguéis no RS, inclusive acerca da possibilidade de congelar os valores dos aluguéis.
- Necessidade de o Ministério buscar soluções rápidas tendo em vista a urgência das famílias que estão desabrigadas.
- Manifestação de descontentamento sobre o fato de o Ministro ter visitado o RS, mas não ter realizado encontros com os movimentos e representantes do ConCidades no RS.
- Sugestão para o MCID articular com o MDS uma possível alteração na resolução que trata sobre os recursos para abrigamento para que tal recurso possa ser utilizado para o aluguel social.
- Por fim, sugestão de modelo de produção de unidades pulverizadas por meio das entidades e aceleração da formulação da ação de melhorias habitacionais.

Outros temas levantados foram:

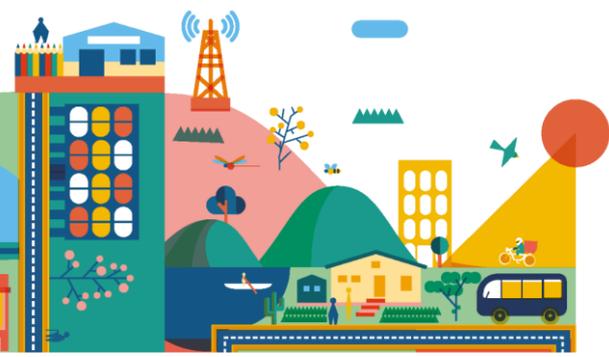
- Necessidade de resgatar a ordem do conselho e voltar a ter o Plenário antes do início dos Comitês Técnicos
- Necessidade de novas seleções do MCMV.
- Importância de se ter diálogos para tratar sobre contrapartidas dos entes públicos locais para Entidades.
- Importância de se utilizar novas tecnologias de construção no MCMV e entender o caminho para aprovação dessas tecnologias no âmbito do Programa.



- Preocupações sobre as Portarias antigas que estão citadas nas Portarias novas. Importância de o Ministério e Matriz da Caixa articular com as GIHab locais para que eles compreendam os normativos e processos novos estabelecidos.
- Questionamento sobre possíveis cortes orçamentários e seus impactos.
- Questionamento a respeito do andamento das ações de melhoria habitacional por meio de microcrédito.
- Importância de o CTH ter como pauta permanente o monitoramento contínuo das contratações das modalidades do MCMV.
- O prazo restrito do FNHIS e dúvidas sobre a regularidade dos municípios no SNHIS.
- Solicitação de atualizações sobre o Conselho do FNHIS.
- Dificuldades em relação à contratação no MCMV-Rural quando o proponente do projeto é um ente público, sugerindo a revisão e o aperfeiçoamento dos normativos para essas situações.
- Sugestão de revisão do procedimento de contratação do MCMV-Rural de forma que o preenchimento do SIOP em relação à análise das famílias fosse posterior à análise de engenharia.
- A revisão da Portaria 359 da SPU e a possibilidade de participação de todas as entidades nesse processo.
- Necessidade de produção habitacional com métodos construtivos que se adequem à realidade local, como casas de madeira no Norte.

Após as perguntas levantadas, foi esclarecido pelo MCID que:

- Prefeitos que estiverem eventualmente dificultando as contratações, a SNH pede que os casos sejam trazidos para o Ministério para verificar possíveis soluções.
- O tema das cláusulas suspensivas seja tratado em reuniões específicas entre a SNH e a Entidade responsável.
- Modalidade para municípios sub-80 ainda não tem orçamento, por isso ainda não tem avançado.
- A Secretaria tem trabalhado acima da capacidade por conta das calamidades do RS, mas espera que em agosto seja possível retomar as outras frentes, como a da melhoria habitacional.
- Sobre contrapartidas, destacou-se a preocupação de uma eventual contrapartida prometida pelo ente público encarecer a unidade habitacional. E, caso a contrapartida não seja efetivada, o empreendimento se tornar inviável. Assim, embora a contrapartida seja importante, é preciso ter garantias de que os entes vão de fato realizá-las.



- Apesar de o FNHIS ter tido um prazo curto de 5 dias, foram recebidas mais de 220 mil UH. Atualmente, as propostas estão em processo de análise.
- Existe de fato um contingenciamento de R\$ 2.1 bilhões para o MCidades. Ainda não se sabe como isso impactará os programas habitacionais. Porém, a SNH não enxerga impacto nas contratações das Entidades, pois, para tais contratações já existe orçamento garantido no FDS.
- Sobre as novas tecnologias, SNH sugere que as entidades busquem o Departamento de Planejamento e Política Nacional de Habitação (DPP/SNH) para marcarem reuniões específicas sobre os processos de certificação de novos métodos construtivos.
- Para a construção de moradias isoladas a solução que está sendo elaborada é realizar as construções via FNHIS, com repasse direto para o município de R\$ 150 mil reais por unidade habitacional.
- O programa de reforma e melhoria ainda está sendo desenhado para o RS.
- Conselho do FNHIS já tem reunião marcada para o dia 15/08.
- Para identificação das áreas para construção das moradias, está sendo realizado um trabalho com a Defesa Civil para identificar e classificar as diferentes áreas afetadas.
- Será ofertado para os municípios em calamidade unidades habitacionais disponíveis em municípios **não afetados** do RS.
- Sobre a manutenção dos laços de vizinhança, foi informado que a escolha do imóvel é da família. Então, ela mesma pode buscar um imóvel na vizinhança que ela preferir, respeitados os requisitos mínimos e os limites de subvenção.
- Será realizado seminário do MCMV-Rural para discutir a primeira seleção e buscar, por meio da discussão com os atores envolvidos, as melhorias e ajustes necessários para as próximas seleções.
- As seleções para novas contratações no RS na modalidade MCMV-FAR já estão abertas.
- Destacou-se que em agosto devem ser entregues as primeiras casas da compra assistida no RS.
- Ressaltou-se que a SPU tem sido muito ativa e aberta ao diálogo para a pauta de habitação e que imóveis da união não operacionais devem ser levados para discussão com a SPU nos espaços criados pela Secretaria.
- Foi informado que nos casos das unidades habitacionais isoladas no RS o atendimento será realizado pelo FNHIS, a todos os municípios **independente** do porte.
- Por fim, destacou-se a dificuldade de se identificar as famílias afetadas pelas calamidades. Tem sido feito um esforço muito grande e o Ministério tem buscado dar as respostas da forma mais célere possível. A Secretaria tem



aprendido e inovado muito no processo. Esse aprendizado será levado para além do MCMV-Reconstrução.

TARDE

- I. A parte da tarde se iniciou com um relato sobre as ações no Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Comassetto que atua no Ministério da Reconstrução.
- II. A seguir foram apresentadas e votadas as propostas de Resoluções.

O Comitê recebeu 1 propostas de Resolução, sobre o seguinte tema

- a. Proposta de **Resolução sobre o Contingenciamento do Orçamento:** a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Encaminhamentos

- Apresentação de um panorama dos projetos e do status da execução do MCMV em todas as modalidades.
 - Envio, com antecedência, do material a ser apresentado aos conselheiros na próxima reunião.
 - Apresentação sobre rito para aprovação de novas tecnologias e novos materiais que precisa ser cumprido, trazer para conhecimento do Comitê.
- PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO:



ANEXO I
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONSELHO DAS CIDADES

RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XX DE XXXX

Recomenda a preservação de recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida e as políticas de saneamento e mobilidade, destinados as periferias, favelas e assentamentos informais, e programas voltados para adaptação climática das cidades.

Considerando que o Decreto presidencial Nº 12.120, de 30 de julho de 2024 determina cortes de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024, divididos entre um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões.

Considerando que o congelamento de verbas atinge 30 de 31 pastas federais, sendo que os Ministérios da Saúde e das Cidades são os mais afetados pelos bloqueios, em valores absolutos, com R\$ 4,4 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente.

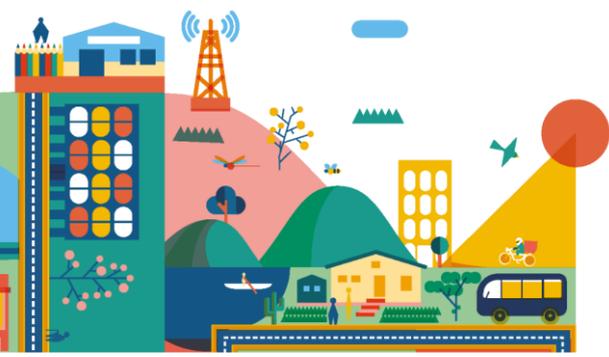
Considerando que os órgãos governamentais terão até dia 6 de agosto para adotar medidas de ajustes e realizar o procedimento de indicação das programações e ações a serem bloqueadas.

Considerando que os cortes orçamentários refletem uma política econômica e fiscal subordinada ao pagamento de juros da dívida e aos interesses do sistema financeiro em detrimento da promoção da justiça social.

Considerando que os recursos do Ministério das Cidades envolvem recursos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais do país e que O combate às desigualdades é uma prioridade do atual governo.

O Conselho das Cidades resolve recomendar ao Ministério das Cidades:

1. Que os cortes e o ajuste orçamentário a serem apresentado pelo Ministério das Cidades preservem os recursos destinados aos programas de habitação



de interesses social, em no programa Minha Casa Minha Vida, os programas de saneamento e mobilidade destinados as periferias, favelas e assentamentos informais, e programas voltados para a adaptação climática das cidades.

Brasília, 31 de julho de 2024

JADER BARBALHO FILHO
PRESIDENTE



SAUS, Quadra 4, Bloco N, Sala 810 – Asa Sul, Brasília-DF
conselho-cidades@mdr.gov.br
61 3314-6159 | 6356